

Formação do estado-nação e Revolução Capitalista

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas, março de 2020.

Abstract. The Capitalist Revolution was the period of the transition from the ancient societies to capitalism; it was a long transition that began in the North of Italy, in the 14th century, and got completed for the first time in England, in the second part of the 18th century, with the formation of the nation state and the Industrial Revolution; it is a major rupture, that divided the history of mankind between a period where empires or civilizations prospered and fell into decadence and disappeared, a period of ingrained economic development and long-term improvement of standards of living in the countries that succeeded to complete its capitalist revolution . This paper searches to summarize this historical process in Europe, the rise of the city-states, the absolute monarchies, and eventually the formation of the nation-state and the industrial revolution. Four historical types of industrial revolutions lead to corresponding forms of capitalist development: central original, central late, peripheric independent, and peripheric-dependent. With the industrial revolution in each country economic development begins, but only independent peripheric countries, such as the East Asian countries, are able to catch up and become rich countries.

Key words: capitalism, national revolution, nation-state, industrial revolution

JEL classification: P1, O1

A Revolução Capitalista transformou o mundo de forma completa e definitiva. Paul Valéry, escrevendo em 1945, percebeu essa imensa mudança que ele define pela oposição entre um mundo desordenado de florescimentos e impulsos e um mundo bem determinado, interligado e finito (que é o da modernidade). Nas palavras do grande poeta:

Neste ponto de minhas reflexões me parece que toda a aventura humana até nós deveria se dividir em duas fases bem diferentes. A primeira é comparável a tentativas desordenadas, a avanços e recuos em um meio informe, a florescimentos e a impulsos no ilimitado que é a história da criança no caos de suas primeiras experiências. Mas uma certa ordem se instala, uma nova ordem começa. As ações em um meio finito, bem determinado e claramente delimitado, ricamente e poderosamente interligado, não têm mais as mesmas características e as mesmas consequências que elas tinham em um mundo informe e indefinido. (1945: 20)

Se pensarmos a história como uma grande narrativa, ela só ganha sentido se for vista em termos de fases ou de estágios. As periodizações são sempre relativas, mas para quem, como eu, adota o método histórico, elas ajudam o pensamento desde que sejam vistas de forma aberta e flexível. Para entendermos o capitalismo e sua lógica é preciso compará-lo ao tipo de organização econômica e social que o precedeu, e analisar o papel da Revolução Capitalista na transição para outro tipo de sociedade. A

periodização da história que começou com Joan Batista Vico, foi central para o Iluminismo, passou por Kant e por Herder, chegou a Hegel e a Conte, e encontrou uma expressão clássica em Marx, nas suas conhecidas fases da história: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Esta periodização, porém, só faz sentido se considerarmos que o surgimento dos pequenos estados dinásticos e, depois, das grandes monarquias absolutas, já são uma fase dentro do desenvolvimento capitalista – uma fase de transição para as fases propriamente capitalistas: o capitalismo industrial ou dos empresários, o capitalismo dos gerentes ou tecnoburocrático e o capitalismo financeiro-rentista dos dias de hoje.

Até à fase capitalista podemos criticar o excessivo grau de abstração da periodização de Marx, mas há nela um acerto básico. Marx classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a forma de propriedade dominante. Nesse sentido, modos de produção mais avançados representam um estágio superior em relação ao outro. Esta periodização pode levar analistas apressados a imaginar que se trata de um modelo universal e necessário de desenvolvimento, mas nos países retardatários as fases do desenvolvimento capitalista se sobrepõem. Esses países contam com uma vantagem (podem copiar a tecnologia dos primeiros), mas enfrentam um obstáculo novo: o imperialismo moderno dos países que realizaram sua revolução capitalista originalmente.

Revolução Capitalista e nacionalismo

A análise da revolução capitalista e da lógica do capitalismo foi a contribuição maior de Marx. Ninguém fez uma análise tão completa e tão esclarecedora da natureza e da dinâmica dessa revolução e do tipo de sociedade que ela estava produzindo como aquela que ele realizou. Marx dividiu a história em vários modos de produção, e supôs que as mudanças de estágios ocorressem através de revoluções, mas, a rigor, só existiram *duas* grandes revoluções: a primeira foi a Revolução Agrícola ou a invenção da agricultura, entre 10 e 8 mil anos antes de Cristo, que levou os povos nômades que viviam da coleta e da caça a se transformarem em povos agricultores. A partir de então algumas sociedades logaram, gradualmente, produzir um excedente econômico (a produção que excede o consumo necessário), que permite o surgimento dos grandes impérios e civilizações da antiguidade. A segunda foi a Revolução Capitalista que dividiu a história em duas grandes fases: uma primeira fase pré-capitalista que abrange tanto as comunidades primitivas quanto os impérios antigos escravistas, o feudalismo, e as sociedades aristocráticas letradas do absolutismo, e uma segunda fase capitalista.

A Revolução Capitalista foi o período de transição para o capitalismo – um período longo, que começou no norte da Itália, partir do século XIII, e pela primeira vez “se completou” na Inglaterra, no final do século XVIII, com a formação do estado-nação e a Revolução Industrial. Foi a transformação fundamental da história humana, o momento em que a *coordenação social* deixa de ser realizada pela tradição e pela religião para ser pelo Estado e pelo mercado. No plano econômico, foi o tempo do mercantilismo, da acumulação originária de capital, da revolução industrial, e do surgimento do mercado moderno; foi o momento no qual a acumulação de capital, o lucro, os salários, e o desenvolvimento econômico passaram a caracterizar a vida econômica. No plano social, foi o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, foi o momento do Estado absoluto, da formação dos estado-nação que iriam, aos poucos, cobrir toda a terra, da revolução de

Cromwell e da Revolução Gloriosa na Inglaterra, da Independência americana, e da Revolução Francesa. No plano cultural, foi o tempo da Renascença, da Reforma, e do Iluminismo; foi o tempo do racionalismo cartesiano, do empirismo inglês, do idealismo alemão, da ideologia nacionalista e da ideologia liberal. A partir do momento em que a Revolução Capitalista ocorreu nos países mais avançados, ela se tornou dominante no mundo. O capital substituiu a terra no papel de fator estratégico de produção, o trabalho assalariado substituiu a escravidão e a servidão, a *coordenação* econômica deixou de ser realizada pela religião e pelo Estado antigo, para ser realizada pelo mercado e pelo Estado moderno; a economia se tornou monetária na medida que a troca comercial passou a ser o lucro sob a forma de dinheiro; o comando do Estado passou da oligarquia de militares e sacerdotes para a burguesia, inicialmente associada a uma aristocracia decadente, mais tarde associada a uma classe gerencial crescente; o poder sobre o Estado deixou de ser o resultado de uma luta interna entre setores e pessoas da oligarquia resolvida pela violência, para ser uma luta política regulada pelo Estado; este foi inicialmente apenas constitucional e de direito, e mais tarde, democrático; a apropriação do excedente econômico deixou de depender do controle direto do Estado para depender da propriedade do capital e da capacidade empresarial; a luta de classes passou a ser a forma através da qual os trabalhadores assalariados buscam aumentar sua participação na renda no quadro da sociedade civil, enquanto a política passou a ser a forma através da qual as classes sociais formam coalizões ou estabelecem compromissos no quadro da nação.

Uma outra forma de definir a revolução capitalista é pensar nas três transformações associadas a ela: primeiro, temos a superação do patrimonialismo quando o Estado deixa de ser identificado com o poder do rei, para se tornar uma instituição relativamente autônoma em relação a seus governantes, ou, em outras palavras, o aparelho do Estado se separa do patrimônio privado dos soberanos e se transforma em *administração pública* – em uma organização formada por oficiais públicos eleitos (políticos) e não-eleitos (burocratas). Segundo, o Estado deixa de ser absoluto para ser *constitucional*, quando o poder do monarca deixa de ser arbitrário e passa a ser limitado pela lei ou a constituição, enquanto o súdito se transforma em *cidadão* portador dos direitos civis – o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à propriedade, a só ser julgado de acordo com prévia lei. Terceiro, na medida em que a revolução industrial se desencadeia no quadro de um sistema mercantilista de intervenção do Estado na economia, esse Estado deixa gradualmente de ser mercantilista e se torna um Estado liberal. Completadas essas três transformações, completam-se as primeiras revoluções capitalistas na Inglaterra, na Bélgica e na França.

Uma terceira forma de definir a revolução capitalista foi feita por Ernest Gellner (1993) ao opor as sociedades agrárias letradas às sociedades industriais. Enquanto as primeiras existem em um quadro no qual não há o aumento da produção por trabalhadores e existe um teto para o consumo, as sociedades industriais são caracterizadas pelo desenvolvimento econômico. Enquanto nas primeiras não interessa aos indivíduos contribuir para o aumento da produção, que será sempre apropriado pela oligarquia governante, mas colocar-se bem na hierarquia social, nas sociedades industriais existe um princípio meritocrático que estimula o indivíduo a produzir mais. Enquanto nas sociedades agrárias letradas existe uma cultura superior, letrada, elaborada por especialistas, que definem o sistema de valores e crenças legítimos, nas sociedades industriais a legitimidade do sistema depende, primeiro, de sua capacidade

de apresentar crescimento e, segundo, da afirmação do nacionalismo – da correspondência entre o estado-nação soberano e a respectiva cultura.

O país ou estado-nação é, portanto, a forma de sociedade político-territorial própria do capitalismo, enquanto os impérios escravistas ou as sociedades agrárias letradas foram a unidade político-territorial nas sociedades pré-capitalistas. Para Ernest Gellner, a oligarquia agrário-militar dominante constrói impérios, mas não tem interesse em impor sua cultura superior às colônias, cuja função é pagar impostos. Já o estado-nação é movido pela ideia do desenvolvimento econômico e assim, para aumentar a produtividade do trabalho, busca integrar toda a população na sua cultura superior através da educação pública. A transição do império para o estado-nação e do Estado antigo para o Estado moderno aconteceu durante um longo período que se inicia nas cidades-estado do norte da Itália no século XIII e se completa pela primeira vez na Inglaterra no final do século XVIII. Enquanto o império limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os estados-nação competem entre si por maior crescimento, e, para isso, buscam integrar toda a população em uma mesma cultura – a cultura nacionalista do estado-nação. Para todos alcançarem a produtividade necessária para competir com os demais estados-nação, estes buscam tornar a cultura superior nacionalista compreensível por todos. Nas palavras de Gellner, nos estados-nação, ou, obedecendo a sua nomenclatura, nas sociedades industriais avançadas:

...o nacionalismo – a ligação entre o Estado e uma cultura “nacionalmente” definida é disseminado e definido... As unidades que ligam a soberania à “cultura superior” são conhecidas como estados-nação... A pessoa se identifica com a cultura superior e anseia por pertencer a uma unidade política em que funcionam várias burocracias que utilizam a mesma linguagem cultural... Ela é nacionalista. (Gellner 1993: 107-117).

Esta integração é necessária, porque a lei da competição capitalista não se aplica apenas às empresas, aplica-se também aos países. Eles estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se, se possível, de uma língua comum, e, necessariamente, de educação pública comum que garanta padrões crescentes de produtividade que sejam compartilhados por toda a população. Nesse quadro, os respectivos governos, em nome da sociedade politicamente organizada, passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico.

Para Gellner, o nacionalismo é a ligação entre um Estado e uma cultura. Esta visão é típica da Europa Oriental, na qual o nacionalismo teve sempre um forte caráter étnico. No quadro mais amplo que adoto, que inclui países multiétnicos como o Brasil e os Estados Unidos, o nacionalismo é a ideologia do estado-nação. A identidade nacional pode ter uma raiz étnica, como supõe Gellner; para ele, “o nacionalismo é a etnia como princípio político” (p.121). É preciso, porém, considerar que ele fala de uma perspectiva da Europa central na qual nações etnicamente definidas buscaram se libertar de um império clássico, o Império Austro-Húngaro. Para quem, como este autor, é cidadão de um país multiétnico, o Brasil, o nacionalismo não é nem deve ser étnico. O nacionalismo é econômico, e não enfrenta um império clássico, mas os impérios modernos, industriais, do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos. Na formação do estado-nação na periferia do capitalismo central o nacionalismo econômico tem o papel de unir o estado-nação em torno de um projeto de desenvolvimento econômico. Tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, foi através do nacionalismo

econômico ou do desenvolvimentismo que os estados-nação se industrializaram. Não obstante as críticas liberais ao mercantilismo e ao desenvolvimentismo, todas as revoluções industriais de que tenho conhecimento foram realizadas sob a égide de estados desenvolvimentistas. No século XVIII e começo do século XIX, na Inglaterra, na França, e na Bélgica, elas foram realizadas sob a égide de Estados mercantilistas e no quadro de monarquias absolutas. A partir da revolução industrial alemã e da revolução industrial japonesa, na segunda metade do século XIX, elas já são realizadas por Estados estritamente desenvolvimentistas no quadro de regimes políticos autoritários, não liberais. O caso dos Estados Unidos, que realiza sua revolução industrial em meados do século XIX, é intermediário, porque o regime político é também autoritário, já que não garantia ainda o sufrágio universal, mas já é liberal – já se garantem os direitos civis.

Do império escravista ao estado-nação

Quentin Skinner (1989: 116), preocupado em entender o surgimento do Estado moderno, salienta que o Estado Antigo estava identificado com a figura do rei, o que dava ao poder do Estado um caráter pessoal. Esta visão começa a mudar com os pensadores escolásticos do século XIII e os autores humanistas das repúblicas nas cidades-estado italianas do século XIV, que separam o Estado dos seus governantes, mas não o distinguem dos governados, já que o Estado não seria outra coisa senão a manifestação da soberania do povo; ou, considerada a distinção que faço entre Estado e estado-nação, o Estado é aqui identificado com um tipo de sociedade político-territorial anterior ao estado-nação – a cidade-estado. O Estado só se torna o Estado Moderno quando se distingue tanto dos governantes quanto dos governados e se torna uma “entidade abstrata”, “a autoridade suprema em questões de governo civil” à qual os diversos setores da sociedade buscam se aliar. Quando e de quem surgiu esse conceito? Como assinala Skinner, surgiu dos grandes teóricos do absolutismo, de Jean Bodin em *Six Livres de la République* (1576), de Francisco Suarez em *De Legibus* (1612) e, principalmente, de Thomas Hobbes em *De Cive* (1642) e *Leviathan* (1651). Mas terá razão Skinner (1989: idem) em dizer que o Estado Moderno é um poder abstrato, acima da sociedade, independente da soberania popular? Um Estado que “finalmente passou a ser descrito como tal [como independente dessa soberania], e visto ao mesmo tempo como distinto tanto dos poderes do povo quanto de seus magistrados”. Não é bem assim. Não existe Estado acima da sociedade; o Estado é uma instituição cujas leis e políticas representam a correlação de forças existentes na sociedade.

O Estado surgiu no mundo quando algumas sociedades dominaram a agricultura e passaram a gerar um excedente econômico permanente. Nesse momento, surge a possibilidade, inexistente nas comunidades primitivas, de alguns, os mais fortes, dominarem os mais fracos e os reduzirem à escravidão. Surgiram, assim, os impérios escravistas, e, em seu seio, o Estado antigo. No império antigo não havia propriamente uma classe dominante, mas uma oligarquia de guerreiros, sacerdotes e burocratas que se apropriavam do excedente econômico e o utilizavam para construir templos que legitimassem seu poder, ou para financiar as forças militares que garantissem esse poder, ou ainda para permitir seu consumo suntuário. Nesses impérios o poder do imperador ou do faraó é arbitrário e violento. Quando visitei o Egito fiquei muito impressionado ao ver os templos antigos. Em quase todas as fachadas está desenhada na pedra a figura de um faraó que, com sua espada parece estar fazendo um movimento de dança; na verdade ele está dizendo a todos que com sua espada corta a cabeça dos

seus adversários, ou, simplesmente, sacrifica pessoas para agradar o Deus que legitimava seu poder.

A transição das sociedades escravistas e dos impérios clássicos para os estados-nação e o capitalismo foi um longo processo que teve como palco a Europa ocidental. Entre os impérios escravistas e o estados-nação Marx identificou apenas o feudalismo, mas é preciso considerar também os pequenos estados dinásticos e as cidades-estado burguesas que surgem na Europa a partir do século XIII. Até o século XI a agricultura estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa.¹ Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. A partir do século XIII vemos surgirem na Europa as primeiras cidades-Estado e os primeiros estados dinásticos, e, a partir aproximadamente do século XV, as monarquias absolutas de caráter mercantil, principalmente na França, na Inglaterra e na Bélgica. Estas, ao unificarem politicamente um amplo território antes dominado por senhores feudais, transformaram-se nos modernos estados-nação. Ao mesmo tempo, no plano econômico, tornaram-se amplos mercados internos que asseguraram às empresas industriais a demanda necessária para que a revolução industrial acontecesse.

Na fase do capitalismo mercantil as cidades-Estado foram a base do comércio de longa distância – um comércio com base em camelos, mulas e navios a vela que só viabilizava a compra e venda de especiarias, metais preciosos e outros bens de luxo. Os antigos comerciantes acumulavam capital e realizavam lucros monopolistas no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida, já no quadro das monarquias absolutas e dos estados mercantis, os comerciantes começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado; a produção continuava a se organizar de forma tradicional, e os mercados ainda eram essencialmente de longa distância. Mas graças à unificação do sistema político, a Inglaterra, a França e a Bélgica se transformaram em grandes mercados internos relativamente seguros que foram a condição necessária para o passo seguinte: a revolução industrial nesses países. No plano político, os estados-nação transformaram os membros da grande classe social burguesa em cidadãos portadores de direitos civis. Os direitos políticos, porém, continuaram a ser recusados por um século para o resto da população porque os liberais que chegam ao poder no século XIX se opuseram duramente ao sufrágio universal.

O capitalismo nasceu, portanto, no quadro do mercantilismo – de um primeiro desenvolvimentismo mercantilista e não do liberalismo. A ideologia do estado-nação é originalmente o nacionalismo; só em segundo lugar, depois de assegurada a identidade nacional, o liberalismo econômico torna-se também uma ideologia burguesa. Adam Smith, que fundou o liberalismo econômico, criticou fortemente o sistema mercantilista, mas foi no quadro de economias mercantilistas que a transformação econômica maior por que passa uma sociedade – a revolução industrial – aconteceu. Foram os economistas mercantilistas – que hoje seriam chamados de desenvolvimentistas – e não os economistas liberais que ajudaram a acontecer a revolução nacional ou formação do estado-nação e a revolução industrial. A revolução capitalista se apoiou politicamente na primeira coalizão de classes desenvolvimentista, formada, de um lado, pelo monarca

e sua corte (que vivia do orçamento ou patrimônio do Estado), e, de outro lado, pela burguesia mercantil em plena ascensão; o adversário eram os senhores feudais. A burguesia pagava impostos e financiava as guerras comandadas pelo monarca, através das quais as fronteiras dos estados-nação foram definidas e o mercado interno passava a ser amplo e seguro – duas condições necessárias para que, em um segundo momento, houvesse a industrialização. A revolução capitalista foi, assim, uma revolução desenvolvimentista e não liberal. Ela implicou uma intervenção moderada do Estado na economia e uma ideologia nacionalista – a ideologia da formação do estado-nação. Foi nesse quadro histórico que aconteceram a formação do estado-nação e a revolução industrial na Inglaterra, na Bélgica e na França. *A Riqueza das Nações* (Adam Smith) foi publicado em 1776, mas só em 1846, quando afinal a Grã-Bretanha abriu seu comércio, suas ideias liberais passaram a ser postas em prática.

A formação do estado-nação tem como marco fundamental os tratados de Vestefália (1648). Durante um século e meio, entre aproximadamente 1750 e 1900, formaram-se os primeiros países ricos na Europa e nos Estados Unidos. Neste período, a burguesia dominante é ao mesmo tempo liberal e nacionalista ou desenvolvimentista, combinando intervenção do Estado na economia com o papel crescente do mercado na alocação dos fatores de produção. Conforme assinalou Charles Tilly (1992: 70) o financiamento das guerras pela burguesia foi essencial para a formação de estados-nação dotados de amplo mercado interno: “os europeus obedeceram a uma lógica de guerras: cada Estado que controlasse meios de coerção substanciais procurava manter segura uma área na qual ele pudesse gozar dos retornos dessa capacidade de coerção”. Quase um século antes, mas referindo-se à formação do estado-nação no século XIX, o grande historiador alemão Otto Hintze (1902: 160) já assinalava que seu sistema constitucional e sua burocracia pública foram influenciados pelas relações internacionais e as guerras nas quais o país se envolvia. Diz-nos ele que “os conflitos externos entre os estados-nação dão forma ao Estado”. E acrescenta:

Os estados-nação são criados por guerra, colonização, conquista e povoamento pacífico através da fusão de partes diferentes e da sua separação uns dos outros; tudo isso é ligado com um processo sequencial de interligação e separação de raças, tribos e línguas. Os povos europeus desenvolveram gradualmente sua nacionalidade; eles não são um simples produto da natureza, mas eles próprios um produto da criação do Estado. (Hintze 1902: 161)

Max Weber (1922: vol.2: 517-518), como Hintze, estava associado à Escola Histórica Alemã. Fiel à sua visão da história como um processo de secularização e racionalização, ele entende o estado-nação como o “estado racional” que emerge com o capitalismo. “O Estado racional é o único no qual pode florescer o capitalismo moderno. Ele repousa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional”. Essa forma de Estado e a burguesia nacional nascem de forma interdependente. Nas suas palavras, “da aliança forçada entre o estado nacional e o capital nasceu a classe burguesa nacional”. E vincula a sobrevivência do capitalismo a esse estado-nação: “O estado nacional fechado que garante ao capitalismo as possibilidades de sua subsistência e, enquanto não cede lugar a um império universal, subsistirá também o capitalismo”.

Charles Tilly (1975: 603; 614-616; 624), que, na segunda metade do século XX mais profundamente estudou a emergência do estado-nação, adotou como base inicial de sua pesquisa as contribuições de T.H. Marshall e sua clássica análise histórica da afirmação, na Inglaterra, dos direitos de cidadania – dos direitos civis, políticos, e sociais (1950) – e de Reinhard Bendix e seu livro *Construção Nacional e Cidadania* (1964), no qual a

formação do estado-nação envolve a individualização das relações de autoridade, a afirmação da cidadania e a burocratização. Ele opõe a perspectiva histórica que ele e esses dois sociólogos adotaram, que pode ser relativamente associada à perspectiva “desenvolvimentista” ou de “desenvolvimento político” de Samuel Huntington (1968) à abordagem funcionalista e portanto a-histórica de Talcott Parsons (1960) segundo a qual o importante seria determinar quais variáveis precisam ocorrer para o estado-nação se formar. Para Tilly, a formação do estado-nação resultou de um complexo processo histórico que pode ser dividido em fases, envolveu uma relação forte de interdependência entre as nações europeias, e trouxe consequências para todo o mundo. Os grandes sociólogos históricos, “Marx, Weber, Durkheim foram todos desenvolvimentistas de um algum tipo”.

Thomas Ertman (1997), a partir de Tilly, se pergunta como os estados-nação podem se manter unidos embora essa unidade seja geralmente frágil. Segundo ele as teorias de construção dos estados-nação seriam insatisfatórias porque teriam dado importância excessiva às guerras, porque as formas de representação adotadas geralmente funcionam mal, porque não é necessária a correlação geralmente proposta entre absolutismo e burocracia e constitucionalismo e parlamentarismo, e porque essas teorias geralmente subestimam o papel do patrimonialismo. Hendrik Spruyt (1994), por sua vez, preocupado com os ataques que os estados-nação ou estados soberanos vinham sofrendo nos anos 1990, quando a globalização mostrava toda sua força, se pergunta por que dentre as três formas de organização política que emergiram da Idade Média (as cidades-estado do norte da Itália, as ligas de cidades-estado como a Liga Hanseática, e o estado-nação), foi esta que sobreviveu. Essa é uma boa pergunta, mas as respostas que ele encontrou foram que os estados soberanos provaram ser mais capazes de reduzir os particularismos econômicos, de diminuir os custos de transação, de padronizar os pesos e medidas, e seus governos se revelaram mais capazes de ter credibilidade junto à nação. Foram respostas insuficientes. A forma estado-nação se revelou superior às outras duas porque logrou financiar uma força militar que lhe garantiu a soberania, e porque conseguiu construir o grande e seguro mercado interno que foi essencial para seu desenvolvimento econômico.

Como, no começo do século XIX, Hegel pôde distinguir a sociedade civil do Estado, porque o surgimento do estado-nação estava então se completando na Inglaterra, a partir do século XX podemos distinguir mais claramente o Estado do estado-nação. O estado-nação é a forma de sociedade político-territorial própria do capitalismo; ele é constituído por uma forma específica de sociedade, a nação, um território, uma instituição soberana, o Estado. Este, por sua vez, é a instituição organizacional e normativa que, nas célebres palavras de Max Weber, tem o monopólio da violência legítima. É, por um lado, a ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal que tem o poder de coordenar ou regular toda a atividade social, e, por outro, é uma organização ou administração pública formada por oficiais públicos (políticos eleitos e burocratas e militares) que, se supõe, dirigem o Estado em nome do interesse público, mas, na prática, o dirigem de acordo com a relação de forças e a coalizão de classes dominante em cada momento histórico.

Fases do capitalismo até a revolução industrial

Há muitas maneiras de definirmos as fases do capitalismo. As periodizações são sempre relativas, mas para quem adota o método histórico, elas ajudam o pensamento,

desde que sejam vistas de maneira aberta e flexível. Giovanni Arrighi (1994: 6), por exemplo, dividiu a história do capitalismo em quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação: o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; o ciclo holandês, do fim do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo inglês, da última metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo americano, durante o século XX.

No Quadro abaixo apresento a periodização do capitalismo que me parece mais interessante. Tomo como referência o Reino Unido e a França que passaram por todas as fases. Tenho como critério as coalizões de classe dominantes. As três revoluções que acabei de brevemente discutir marcam as fases até a Revolução Capitalista se completar. O capitalismo começa como um capitalismo de mercadores nas cidades-estado do Norte da Itália do século XII. Já está ocorrendo então a revolução comercial que coincide com essa fase e com a seguinte – a do capitalismo mercantilista e patrimonial, caracterizado pela associação do monarca e sua corte patrimonial. Passa pela revolução nacional e a revolução industrial e se torna um capitalismo de empresários ou um capitalismo liberal. Completada a Revolução Capitalista, temos ainda três fases e as respectivas revoluções que não são discutidas aqui. Primeiro, no final do século XIX, a Revolução Democrática, que resulta da conquista do sufrágio universal e abre espaço para a participação dos trabalhadores e das classes médias assalariadas no processo político, e a Revolução Organizacional, que reflete a passagem da unidade básica de produção das famílias para corporações burocráticas e a substituição dos empresários pelos gerentes na *gestão* das empresas – ambas implicando em um capitalismo dos gerentes ou tecnoburocrático. Segundo, a Revolução Digital nos anos 1970 transforma o capitalismo, de um lado, em um capitalismo do conhecimento, e, de outro, em um capitalismo neoliberal financeiro-rentista, no qual os capitalistas rentistas, herdeiros e especuladores, substituem os empresários na *propriedade* das empresas, e chamam os financistas e economistas ortodoxos para administrar sua riqueza e servir como seus intelectuais orgânicos.

Periodização do capitalismo até a revolução industrial

Datas	Revoluções	Fases
Século XII ao XV	Revolução Comercial	
Século XVI ao XVIII	Formação do estado-nação	Capitalismo Mercantilista
1750-1815	Revolução Industrial na Inglaterra	Capitalismo Mercantilista
1815 – 1929	Revolução industrial em outros países centrais	Capitalismo Industrial

A civilização capitalista

Diferentemente do que aconteceu nas sociedades pré-capitalistas, a Revolução Capitalista encerra o período de expansão e decadência das grandes civilizações ou impérios da antiguidade, e dá origem ao progresso ou ao desenvolvimento humano. Os

impérios egípcio, romano e chinês foram experiências localizadas que se expandiram, cobriram grandes espaços, mas afinal entraram em decadência e se transformaram em ruínas. A civilização capitalista é diferente, primeiro, porque está baseada no desenvolvimento econômico que, por ser relativamente automático ou autossustentado, implica um constante aumento da produtividade e da produção de bens e serviços que, em princípio, melhoram a qualidade de vida das pessoas. Segundo, porque a civilização capitalista é a primeira civilização mundial. Ela começa sendo uma civilização ocidental, mas, como todos os povos, ainda que tentando conservar sua identidade cultural, procuraram realizar sua revolução capitalista, copiando as tecnologias e adaptando as instituições ocidentais à sua realidade cultural, esta civilização deixou de ser ocidental para se tornar mundial. Terceiro, conforme assinalou Fábio Konder Comparato (2013: 19) em seu livro *Civilização Capitalista*, “no que concerne à mentalidade coletiva e ao sistema ético, o capitalismo é a primeira civilização na história não vinculada a religião alguma, aceitando em princípio todas elas, para transformá-las na prática. Ora, a religião foi o cerne de todas as civilizações antigas”. Quarto, a civilização capitalista não parece seguir o comportamento cíclico das antigas civilizações imperiais – o processo de expansão, auge, decadência e extinção. As oligarquias das extintas civilizações não reaplicavam o excedente econômico na produção, mas investiam na formação de exércitos e na construção de templos e palácios, o que tornava sua prosperidade sempre precária. Sempre podemos conceber uma catástrofe que ponha um fim ao capitalismo e faça desaparecer a civilização que o acompanha, mas, ao contrário do que aconteceu com os outros impérios, essa catástrofe terá que ser de abrangência mundial, porque essa é a abrangência do capitalismo. Mais razoável é pensar que o capitalismo estará sempre mudando e que poderá evoluir para o socialismo democrático se a construção social utópica prevalecer sobre a conservadora. Em síntese, nas sociedades antigas, a prosperidade não era um processo comandado pelo progresso tecnológico e pela acumulação de capital que podia ser emulado pelas demais nações. A partir da Revolução Capitalista que ocorre na Europa ocidental, os demais povos se engajam em um processo político para se dotarem de um território e de um Estado, constituindo-se em um estado-nação, que é a condição essencial para que experimentem não apenas o desenvolvimento econômico, mas, mais amplamente, o progresso.

Quatro tipos de revolução industrial

Na história do desenvolvimento capitalista quanto mais a nação se revelou coesa e solidária quando se trata de competir internacionalmente, quanto melhor se valeu da regulação do Estado para adotar políticas desenvolvimentistas, e quanto mais soube manter livres os mercados quando eles são realmente competitivos, mais elas se desenvolveram. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que provavelmente existe uma nação forte e que uma estratégia nacional de desenvolvimento está em curso; é sinal que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada com as demais nações na competição econômica. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua nação perdeu coesão e sua solidariedade se esgarçou, que o compartilhamento de um destino comum, que é o que caracteriza uma nação, já não está mais claro. Se a nação não está mais sendo capaz de se autodefinir e estabelecer seus objetivos, se perdeu sua identidade, o Estado e suas instituições estarão também desorientados, e não existirá mais uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O papel econômico do Estado nas economias capitalistas é sempre muito grande durante a formação dos estados-nação e a revolução industrial. Todas as revoluções capitalistas no centro do capitalismo – não apenas as originais, como foi o caso da Inglaterra, da França, como nas retardatárias, ainda no século XIX, da Alemanha e dos Estados Unidos – foram comandadas por coalizões desenvolvimentistas. E o mesmo ocorreu nos países da periferia do capitalismo, como a Coreia do Sul, o Brasil e o México, que tiveram que enfrentar o imperialismo para se industrializarem. Em todos os países, o Estado moderno é o principal agente de ação coletiva da nação.

Em cada estado-nação que se forma, a revolução industrial completa a revolução capitalista. É um processo de transformação radical da economia apoiado no desenvolvimento da tecnologia e na emergência de uma burguesia racional visando o lucro. É, na linguagem de Walt Whitman Rostow (1960) o momento de decolagem de uma economia nacional. O primeiro povo a se transformar em estado-nação e se industrializar foi a Inglaterra. Quando escrevo Revolução Industrial com maiúscula estou me referindo à revolução industrial inglesa. A revolução industrial, cuja duração é de cerca de 50 anos, é o período mais visível e mais estratégico da revolução capitalista. São anos no qual a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial se acelera e a incorporação de progresso técnico na produção passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Quando essa transformação se consuma em uma sociedade, podemos convencionalmente entender que a revolução industrial terminou, e, com isso, a própria revolução capitalista pode ser considerada “completa”.

As revoluções industriais foram sempre realizadas no quadro do desenvolvimentismo, ou seja, de uma intervenção moderada do Estado na economia apoiada em uma coalizão de classes nacionalista. Podemos distinguir quatro ciclos de revoluções industriais. O primeiro, o das revoluções industriais centrais *originais*, inclui as revoluções na Inglaterra, França, Bélgica e Holanda. A revolução industrial aumentou sua riqueza e seu poder militar e esses primeiros estados-nação passaram, imediatamente, a reduzir à condição de colônia os povos da Ásia e da África. Denomino esses estados-nação, países centrais de desenvolvimento *original*. Eles não puderam fazer a mesma coisa com os povos da América Latina porque estes haviam se libertado da Espanha ou de Portugal no momento em que os países centrais realizavam suas revoluções industriais. O segundo ciclo é o das revoluções industriais centrais *retardatárias*. São os países centrais como a Alemanha, a Itália e a Suécia, que não foram submetidos ao colonialismo mercantil, mais as ex-colônias inglesas (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) nas quais a população indígena foi eliminada e se construíram sociedades semelhantes à inglesa. O atraso da Alemanha e da Itália se deveu à demora em se unificar e, assim, constituir-se como estado-nação. Alexander Gerschenkron (1962) denominou desenvolvimento “atrasado” e detectou nele um grau maior de intervenção do Estado, porque esses países já tinham a necessidade de enfrentar o imperialismo industrial da Inglaterra e da França que, conforme observou Friedrich List em 1846, buscavam “chutar sua escada”, ou seja, impedi-los de se industrializar usando como argumento o liberalismo econômico.²

O terceiro ciclo de revoluções industriais é o do Leste da Ásia – o das revoluções industriais periféricas *independentes*. O primeiro país a realizar sua revolução industrial, a partir da Restauração Meiji (1876), é o Japão. A motivação é industrializar-se para enfrentar o imperialismo europeu. A estratégia é copiar a tecnologia e, em um segundo

momento, as instituições do Ocidente. A industrialização é integralmente realizada pelo Estado, mas, uma vez completada (no Japão, entre 1908 e 1910), o governo, fiel ao princípio de também copiar as instituições, promove a privatização das empresas. No pós Segunda Guerra Mundial, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, e a China seguem os passos do Japão. São países de desenvolvimento periférico independente ou autônomo, que adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada em preços macroeconômicos certos e em política industrial. Os trabalhos de Chalmers Johnson (1982) sobre o Japão, de Alice Amsden (1989) sobre a Coreia do Sul, e de Robert Wade (1990) sobre Taiwan são os trabalhos clássicos deste modelo de desenvolvimento, mas não deram a devida importância ao fato desses países terem sempre mantido suas contas macroeconômicas (fiscal e externa) equilibradas. Como são países sem commodities para exportar, sua estratégia foi exportar manufaturados com firme apoio do Estado.

O quarto ciclo é o das revoluções industriais periféricas nacional-dependentes, típicas dos principais países da América Latina. São países que haviam se desenvolvido como países exportadores de commodities e, a partir de 1930, aproveitaram-se da crise do capitalismo central e do ambiente favorável ao desenvolvimentismo que então existia para realizarem suas revoluções nacionais e industriais. Mas o fizeram não de maneira simplesmente independente, como aconteceu no Leste da Ásia, mas de maneira nacional-dependente, ou seja, de maneira contraditória e ambígua. A burguesia devia ser uma burguesia nacional, como foram as dos países centrais, mas nem sempre conseguiam. Na medida em que foram independentes, formaram coalizões de classe desenvolvimentistas formadas por empresários industriais, burocracia pública, e trabalhadores urbanos e realizaram a revolução nacional ou burguesa. A estratégia foi a da industrialização por substituição de importações – o seja, o estabelecimento de elevadas tarifas de importação. Ao contrário dos asiáticos, que não estavam preocupados com as ideias econômicas dos países centrais (limitavam-se, sabiamente, a copiá-los), os governos e os economistas latino-americanos precisaram justificar a intervenção do Estado na economia e a estratégia de industrialização ou de mudança estrutural, usando para isto os argumentos da *development economics* que eu prefiro denominar de teoria desenvolvimentista clássica: não apenas o antigo argumento da indústria infante, mas também os argumentos da oferta ilimitada de mão-de-obra, a deterioração dos termos de troca, as externalidades e o *big push*. Entre os economistas desenvolvimentistas clássicos temos Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Celso Furtado, e Albert Hirschman.

Enquanto os países de desenvolvimento independente são hoje países ricos ou estão a caminho disto, os países de desenvolvimento nacional-dependente pararam quando o capitalismo central e sua principal agência, o Banco Mundial, abandonaram o desenvolvimentismo e se tornaram neoliberais. Pararam em torno de 1980 porque tentaram crescer com poupança externa e mergulharam em grave crise financeira – a Crise da Dívida Externa dos Anos 1980. A partir de 1990, adotaram também as reformas neoliberais, e continuam a crescer muito lentamente – e ficaram para trás. Três diferenças os distinguem dos países do Leste da Ásia: o fato de não terem dado a importância à educação desde a primeira hora; o fato de terem que enfrentar a doença holandesa – uma desvantagem competitiva de países exportadores de commodities que não atingiu os países asiáticos; e a dependência, que se explica, em parte, pelas origens europeias das elites latino americanas, que se julgam brancas e europeias.

A construção do aparelho burocrático³

A formação do estado-nação só se completará com a Reforma Burocrática que ocorre ao mesmo tempo que os novos estados-nação realizam sua Revolução Industrial ou, no caso do Reino Unido, um pouco depois. Em substituição ao sistema patrimonialista dos Estados absolutos, eles constroem então sólidas organizações burocráticas que garantem a execução da lei e das respectivas políticas públicas. Nos termos de Max Weber a dominação racional-legal substitui a dominação patrimonialista. Do ponto de vista administrativo, portanto, a formação do estado-nação só se completa com a separação do patrimônio do príncipe e de sua corte do patrimônio público, com a adoção dos princípios da impessoalidade e racionalidade na administração pública, e com a contratação de administradores públicos profissionais bem pagos e dotados de elevado prestígio social. A reforma burocrática ou reforma do serviço público foi um fato político diretamente relacionado à emergência da ideologia liberal e a afirmação histórica dos direitos civis. O regime político ainda não é democrático, mas os cidadãos vão gradualmente aumentando seu poder à medida que uma porcentagem crescente de indivíduos obtém direito de voto e se tornam cidadãos plenos. A reforma burocrática tem origem ainda no século XVIII, na Prússia e na França de Napoleão Bonaparte. Na Prússia, conforme observa Rosenberg (1958: 181), “o serviço administrativo de mais alto nível formou mais do que nunca uma hierarquia cada vez mais ‘racionalizada’, que se autorrecrutava e se identificava com as avaliações e os interesses aristocráticos”. E foi provavelmente a Prússia ou melhor, a Alemanha unificada de Bismarck, o primeiro país a completar sua reforma do serviço público. Não por acaso Max Weber, com sua extraordinária análise da ascensão da burocracia e do correspondente tipo legal ou burocrático de autoridade, foi o primeiro analista a compreender integralmente a íntima relação entre a ascensão do capitalismo, o surgimento do Estado moderno e a burocracia pública. Weber acabou sendo um entusiasta do “tipo puramente burocrático de organização administrativa” que, de acordo com ele, “é, segundo toda a experiência, a forma mais racional do exercício da dominação, porque nela se alcança *tecnicamente* o mais alto rendimento” (Weber 1922: 145).

A reforma do serviço público inglês começa com os Relatórios Northcote-Trevelyan de 1853–54, mas só avançou efetivamente com os Decretos do Conselho [*Orders in Council*] de 1870. No final do século, a reforma foi completada, e a partir daí até os anos 1980 – quando começa a reforma gerencial da administração pública – as características principais do serviço público britânico permaneceriam intactas. Os relatórios de 1853–54 são significativos porque seu objetivo era criar uma burocracia administrativa centralizada, responsável principalmente perante os líderes mais graduados, e porque propunham a criação de um serviço público baseado no mérito. Mas seus resultados em termos da reforma efetiva foram limitados. Como observa Bernard Silberman (1993: 350), “uma análise atenta sugere que a importância do relatório foi superestimada”. O principal problema enfrentado pela administração pública britânica foi o clientelismo – mais especificamente, o clientelismo descentralizado, porque desde o início do século os políticos tinham desenvolvido um sistema de clientelismo de acordo com o qual as decisões sobre quem seria beneficiado, embora controladas por um escritório central, eram na verdade tomadas individualmente pelos membros do Parlamento, na medida em que os ‘direitos clientelísticos’ eram locais. Tal clientelismo era visto como uma característica necessária da política democrática – na verdade, do estado patrimonial. Disraeli, por

exemplo, declarou em 1858: “O espírito do partido no país depende enormemente da distribuição de clientelismo... Não há nada mais ruinoso para as relações políticas do que o medo de recompensar com justiça seus amigos, e a promoção de homens comuns de opiniões opostas, de preferência a partidários qualificados” (citado por Silberman 1993: 348).

Na França a reforma burocrática foi completada mais ou menos na mesma época, embora tenha começado antes, com a Revolução Francesa. Em sua busca de igualdade política, a primeira preocupação dos revolucionários foi eliminar os direitos feudais a certos cargos e a possibilidade de vender cargos burocráticos – duas características fundamentais da administração patrimonial. Por volta de 1790 ambas as reformas já haviam se tornado efetivas; a Constituição de 1791 as confirmou. Isso, no entanto, não significa que o clientelismo havia terminado. Ao contrário, ele havia crescido. O antigo regime tinha suas regras. O clientelismo era parte do jogo, mas acompanhava o costume. Após a revolução, a falta de regras claras e, como Silberman observa, “a própria incerteza com que se defrontavam os líderes políticos das várias assembleias os levou a fazer indicações largamente com base em lealdades – tanto pessoais como revolucionárias”. Logo houve um enorme aumento do número de regras burocráticas, mas essas regras não alteraram “a persistente dependência do clientelismo como o principal meio de recrutamento e nomeação, e da lealdade como o critério básico” (Silberman 1993: 96). Com o aumento do número de regras burocráticas, no entanto, um novo ramo do direito estava surgindo – o direito administrativo – cujo papel seria primordial na França no longo processo de reforma burocrática.

Com Napoleão, o regime político se tornou mais autoritário e o poder da burocracia foi reforçado. A constituição do Ano VIII (1799) foi ditatorial e burocrática. O estado francês estava falido. De acordo com André Maurois, “o Diretório não tinha um franco no tesouro. Nesse momento, Napoleão revelou sua extraordinária capacidade de organização administrativa bem como seu desprezo pelas liberdades mais elementares”. A administração foi totalmente centralizada. Os chefes dos departamentos [*préfets*], seus vices, os prefeitos e todas as autoridades locais eram agora escolhidas por Paris. Mas isso não provocou protestos “na medida em que a nação desejava ordem, e a escolha dos servidores públicos era competente” (Maurois 1947: 360–410). A fim de garantir a continuidade dessa competência administrativa, e para definir claramente, dentro de um serviço público amplo, o serviço público de nível superior, as carreiras mais importantes ou os *grand corps*, Napoleão exigiu que o recrutamento para esse nível fosse feito através da faculdade de direito na universidade ou então através das *grandes écoles*, ou seja, as instituições de prestígio responsáveis pelas profissões técnicas e liberais, que já existiam mas foram então reforçadas e receberam maior reconhecimento público. A base humana para o grande estado francês foi assim estabelecida. O estado estava então apto a recrutar, por meio das faculdades de direito e das *grandes écoles*, uma porcentagem substancial dos jovens mais talentosos que o sistema educacional francês produzia. Em 1828, com a criação da École Nationale d’Administration (ENA), esse sistema foi ainda mais formalizado e centralizado, mas seu fundamento lógico básico continuava o mesmo. Mais do que simplesmente uma escola de administração pública, a ENA é uma instituição destinada a recrutar e selecionar, por meio de um complexo sistema de exames, alguns dos mais brilhantes jovens franceses, homens e mulheres, para ocuparem postos-chave na burocracia francesa.⁴ Por outro lado, “a Constituição do Ano VIII criou a base para a autonomia estrutural da organização do estado”. Ela deu à administração o poder de nomear e

demitir servidores públicos, e de promulgar normas. “Essas prerrogativas permaneceram no centro da ação e do poder executivos durante o século seguinte” (Silberman, 1993: 106).

O desenvolvimento econômico

Celso Furtado (1961 cap.3) propôs que a ideia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com a forma de utilização do excedente econômico e o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Nas sociedades pré-capitalistas, o excedente econômico (o valor da produção que excede o consumo necessário) era empregado em guerras e na construção de castelos e templos. Em um primeiro momento, com a Revolução Comercial e o racionalismo com ela associado, a atividade econômica passa a ter um objetivo definido com clareza: o lucro. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade, definida pela escolha dos meios mais adequados para se atingir o fim visado, se manifesta na acumulação de capital com incorporação de progresso técnico, a qual torna-se condição de sobrevivência das empresas devido à competição a que se tornam sujeitas. Configurava-se, assim, pela primeira vez o processo histórico do desenvolvimento econômico. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento ou acumulação de capital. Que terá necessariamente que envolver inovação e progresso técnico que se tornam, para as empresas, uma condição de sobrevivência no mercado.

É, portanto, a partir da revolução industrial que as nações constituídas em estados-nação passam a investir e a aumentar a produtividade, ocorrendo, assim, o desenvolvimento econômico. A partir da revolução industrial em cada país se forma um círculo virtuoso na medida que o reinvestimento dos lucros deixa de ser uma possibilidade, como era no caso do capitalismo mercantilista, para ser uma necessidade de sobrevivência. Porque agora a revolução capitalista está completa, e temos, pela primeira vez na história, uma economia de mercado – um sistema econômico coordenado não apenas pelo Estado, mas também por um mercado nacional. Porque agora as empresas devem competir nesse mercado em um quadro de permanente progresso técnico. Assim, para sobreviver, as empresas não têm alternativa senão continuar a investir, formando-se o círculo virtuoso do desenvolvimento. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa ao nível do Estado a coordenação econômica realizada no mercado; a crescente classe tecnoburocrática privada, que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de ideias criativas que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, com a incorporação crescente de capital humano à sua força de trabalho, veem seus salários também crescerem.

O desenvolvimento econômico é, portanto, o fenômeno econômico e social que passa a ocorrer a partir da formação dos modernos estados-nação e da revolução industrial. É um processo de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar

material que passa a ocorrer *necessariamente* porque a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a ser condição de sobrevivência das empresas. Entretanto, esse processo histórico não é necessariamente acompanhado por diminuição da desigualdade, e nem é sempre compatível com a proteção da natureza. É, portanto, menos do que um processo de desenvolvimento humano ou progresso, que, em um outro trabalho, defini como o processo histórico de alcance dos cinco objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias: segurança, liberdade individual, desenvolvimento econômico, justiça social, e proteção do ambiente. Entre esses cinco objetivos há mais correlações positivas do que conflitos, mas estes não podem ser ignorados.⁵

A partir do momento em que a revolução capitalista torna o desenvolvimento econômico autossustentado, a apropriação do excedente deixa de ser realizada principalmente através do controle direto do Estado e da violência para se realizar no mercado através da realização do lucro. Nesse momento, de acordo com Marx, a sociedade passa a ser caracterizada pelo modo “especificamente capitalista”, no qual a apropriação do excedente se realiza principalmente através da mais-valia “relativa”, originária da acumulação de capital com necessária incorporação de progresso técnico.

Conclusão

Neste artigo discutimos a formação do estado-nação, a revolução capitalista e o surgimento do desenvolvimento econômico. Uma vez iniciado há círculo virtuoso do desenvolvimento econômico na medida em que as empresas são obrigadas a investir para se manter competitivas. Ele é suficiente para manter o crescimento, não para a realização do alcance dos níveis de vida dos países ricos. Para isto a sociedade precisa se organizar como nação portadora de objetivos e um projeto nacional de desenvolvimento. Uma nação é uma sociedade razoavelmente coesa, porque, apesar da luta de classes, é capaz de se unir para competir com os demais estados-nação. Marx e Engels tinham razão quando afirmavam que o Estado liberal e nacionalista do século XIX representava apenas os interesses da burguesia, mas no século XX isto deixou de ser verdade. Hoje o Estado desenvolvimentista e do bem-estar social, seu aparelho e sua ordem jurídica, não são mais um simples instrumento das classes dirigentes; sua lógica continua capitalista; os empresários continuam a ter poder de veto sobre os investimentos, e, por isso, o Estado deve garantir as condições gerais da acumulação de capital. O setor financeiro continua a ter um grande poder, mas abre-se a oportunidade para que o Estado seja também instrumento de emancipação social, que, conforme assinalou Boaventura de Souza Santos (1995: 122) “pela primeira vez na história, o Estado tornou-se verdadeiramente público, isto é, deixou de constituir propriedade privada de qualquer grupo político específico.” Mas esse progresso ou desenvolvimento, que se consubstanciou nos países ricos nos Anos Dourados do Capitalismo, está desde 1980 sendo ameaçado pelo neoliberalismo financeiro-rentista. O neoliberalismo e o projeto da globalização pregam a desorganização das nações e a submissão a um “sistema global” dominado pelos países ricos. As consequências em termos de baixo crescimento, alta instabilidade, e aumento da desigualdade atingiram não apenas os países em desenvolvimento, mas também os próprios países ricos. Desde a crise financeira global de 2008, o capitalismo neoliberal entrou em crise econômica, e desde a eleição de Donald Trump nos EUA e o referendo do Brexit, em 2016, é um capitalismo em crise política, crise que reflete a tomada de consciência da ascensão da China e a inconformidade dos EUA com a perspectiva de perder a competição pela

liderança mundial. Esta questão, porém, está fora dos objetivos deste trabalho, que apenas procurou mostrar como a formação do estado-nação foi um elemento essencial da Revolução Capitalista e do surgimento do desenvolvimento econômico. Hoje a crise do capitalismo é também uma crise do desenvolvimento econômico – é uma crise de quase-estagnação dos países ricos.

Referências

- Amsden, Alice H. (1989) *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*, New York: Oxford University Press. ISBN-13: 978-0195076035
- Arrighi, Giovanni (1994 [1996]) *O Longo Século XX*, São Paulo: Editora da UNESP. Original em inglês, 1994.
- Bendix, Reinhard (1964 [1996]) *Construção Nacional e Cidadania*, São Paulo: Edusp. Original em inglês, 1964.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2004 [2009]) *Construindo o Estado Republicano*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. Original em inglês, 2004.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2014) “Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico”, *Lua Nova* 93: 33-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>.
- Bourdieu, Pierre (1989) *La Noblesse d'État*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Ertman, Thomas (1997) *Birth of the Leviathan: Building States and Regimes in Medieval and Early Modern Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gellner, Ernest ([1993] 2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.
- Gerschenkron, Alexander (1962 [2015]) *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaio*, Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado. Original em inglês, 1962.
- Hintze, Otto (1902) “The formation of states and constitutional development: a study in history and politics”, in Otto Hintze (1902 [1975]) *The Historical Essays of Otto Hintze*, Felix Gilbert, ed., Nova York: Oxford University Press: 157-177. Original publication in German, 1902.
- Huntington, Samuel P. (1968) *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Johnson, Chalmers (1982) *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*, New York: W. W. Norton.
- List, Friedrich (1846 [1999]) *National System of Political Economy*, Roseville. Ca: Dry Bones Press, 1999. Original publication in German, 1846.
- Marshall, T. H. (1950 [1967]) “Cidadania e classe social”, in *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar: 57-114. Edição original em inglês, 1950.
- Marx, Karl (1875 [1961]) "Critique of the Gotha Program," in T.B. Bottomore and Maximilian Rubel, *Selected Writing in Sociology and Social Philosophy*. London, Watts & Co., 1961. Escrito em 1875, e publicado pela primeira vez por Friedrich Engels no *Neue Zeit*, 1891.
- Maurois, André (1947) *Histoire de la France*. Paris: Éditions Dominique Wapler.

- Rosenberg, Hans (1958) *Bureaucracy, Aristocracy & Autocracy*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Rostow, Walt W. (1960) *The Stages of Economic Growth, Cambridge*: Cambridge University Press.
- Silberman, Bernard S. (1993) *The Cages of Reason*, Chicago: Chicago University Press.
- Smith, Adam ([1776] 1960) *The Wealth of Nations*, London: Everyman's Library. Original, 1776
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Può il diritto essere emancipatori? Una riflessione teorica”, *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.
- Spruyt, Hendrik (1994) *The Sovereign State and its Competitors*, Princeton: Princeton University Press.
- Tilly, Charles (1975) “Western state-making and theories of political transformation”, in Charles Tilly, org. *National States in Western Europe, Princeton*: Princeton University Press: 601-638.
- Tilly, Charles (1992) *Coercion. Capital, and European States*, Cambridge: Blackwell.
- Valery, Paul (1945) *Regards sur le Monde Actuel et Autres Essais*, Paris: Gallimard.
- Wade, Robert (1990) *Governing the Market*, Princeton: Princeton University Press.
- Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World System*, New York: Academic Press.
- Weber, Max (1922 [2004]) *Economia e Sociedade*, São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Primeira edição em alemão, 1922.

¹ David Landes (1999: 41).

² A expressão “chutar a escada” foi usada originalmente por Friedrich List (1846) para descrever o comportamento da Inglaterra que procurava convencer os alemães a não se industrializarem usando os argumentos da economia clássica liberal. Este argumento foi retomado com grande competência e propriedade por Ha-Joon Chang (2002) para descrever o comportamento atual dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento.

³ Esta seção resume o que escrevi em Bresser-Pereira (2004: cap.3: 47-64).

⁴ Como observa Pierre Bourdieu (1989: 101), “da mesma forma que as escolas públicas inglesas, instituições como Science-Po e ENA recrutam estudantes de acordo com procedimentos que lhes garantem os mais dotados... elas se limitam a ‘ensinar o peixe a nadar’”.

⁵ Bresser-Pereira (2014).